



MINISTÉRIO DO TURISMO  
ANÁLISE Nº 1/2023/CLIC/CGLC/SPOA/GSE

PROCESSO Nº 72031.009978/2022-02

INTERESSADO: SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 11/2022

**Objeto:** Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de profissionais (motoristas executivos), para condução de veículos oficiais de propriedade deste Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Licitante:** GREEN HOUSE SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA

**CNPJ:** 12.531.678/0001-80

Trata-se da análise da documentação de habilitação encaminhada pela empresa GREEN HOUSE SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA, com a finalidade de verificar o atendimento dos requisitos referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme as condições estabelecidas no item 9 do Edital do Pregão Eletrônico nº 11/2022.

1. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

1.1. Com base nos documentos de habilitação enviados pela licitante, a pregoeira fez a verificação do cumprimento dos itens exigidos no edital, conforme segue:

9.1. Verificação Preliminar - Existência de impedimentos	Atende	Observações
a) SICAF	Sim	
9.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU	Sim	
9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.	Sim	
9.8. Habilitação Jurídica	Atende	Observações
9.8.1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a> ;	N/A	
9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -	Sim	

EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;		
9.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;	N/A	
9.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;	N/A	
9.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;	N/A	
9.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.	Sim	
<b>9.9. Regularidade fiscal e trabalhista</b>	<b>Atende</b>	<b>Observações</b>
9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;	Sim	
prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;	Sim	
9.9.2. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);	Sim	
prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo	Sim	

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;		
9.9.3. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;	Sim	
9.9.4. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;	Sim	
9.9.5. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;	N/A	
<b>9.10. Qualificação Econômico-Financeira:</b>		
9.10.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;	Sim	
9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação	N/A	
9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;	N/A	
9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;	N/A	

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.	N/A	
9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:	Sim	
9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de <b>10% (dez por cento)</b> do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.	N/A	
9.10.5. As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:		
9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, <b>16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento)</b> do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;	Sim	
9.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de <b>10% (dez por cento)</b> do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.	Sim	
9.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;	Sim	

9.10.5.3.1. a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,	Sim	
9.10.5.3.2. quando houver divergência percentual superior a <b>10% (dez por cento)</b> , para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.	Sim	
<b>9.11. Qualificação Técnica:</b>	<b>Atende</b>	<b>Observações</b>
9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;	Sim	
9.11.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:	Sim	
9.11.2.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;	Sim	
9.11.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.	Sim	
9.11.2.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.	Sim	
9.11.2.4. Deverá haver a comprovação da experiência de três anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de	Sim	Os atestados emitidos pelo Superior Tribunal Militar - STM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro - Oeste - SUDECO são suficientes para o atendimento desta exigência.

atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.		
9.11.2.5. O proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.	N/A	Por meio da seção de Acesso à Informação dos órgãos citados (disponível em < <a href="https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/1845">https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/detalhar/1845</a> > e < <a href="https://www.gov.br/sudeco/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos">https://www.gov.br/sudeco/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/contratos</a> >), foram obtidas cópias dos contratos relativos aos atestados de capacidade técnica emitidos, bem como os respectivos termos aditivos.
9.11.2.5.1. Na contratação de serviços continuados com mais de 40 (quarenta) postos, o proponente deverá comprovar que tenha executado contrato com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.	N/A	
9.11.2.5.2. Quando o número de postos de trabalho a ser contratado for igual ou inferior a 40 (quarenta), o proponente deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação, conforme exigido na alínea c2 do item 10.6 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.	Sim	Os atestados emitidos pelo Superior Tribunal Militar - STM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro - Oeste - SUDECO são suficientes para o atendimento desta exigência.
9.11.2.5.3. Para a comprovação do número mínimo de postos exigido, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o proponente gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado, nos termos do item 10.7 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.	Sim	
9.11.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.	Sim	

## 2. CONCLUSÃO

2.1. Da análise empreendida, tendo em vista o atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital, esta Pregoeira manifesta-se pela **habilitação** da empresa GREEN HOUSE SERVICOS DE LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA , inscrita no CNPJ nº 12.531.678/0001-80 para o Item 1 no Pregão Eletrônico nº 11/2022.

(Documento assinado eletronicamente)

**Marina Bittencourt de Oliveira Angarten**

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten, Pregoeiro(a)**, em 12/01/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1902632** e o código CRC **BC4997CD**.

Referência: Processo nº 72031.009978/2022-02

SEI nº 1902632